Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

INGRIDY NOGUEIRA CRUZ

ASSOCIATIVISMO LOCAL E O ÊXITO FEMININO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 NO BRASIL: MUNICÍPIOS PEQUENOS E COM BAIXO IDHM

Brasília
2024

INGRIDY NOGUEIRA CRUZ

ASSOCIATIVISMO LOCAL E O ÊXITO FEMININO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 NO BRASIL: MUNICÍPIOS PEQUENOS E COM BAIXO IDHM

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Daniel Abreu de Azevedo

Brasília

2024

CIP - Catalogação na Publicação

N

Nogueira Cruz, Ingridy.
Associativismo local e o êxito feminino nas eleições municipais de 2020 no Brasil: Municípios pequenos e com baixo IDHM / Ingridy Nogueira Cruz; orientador Daniel Abreu de Azevedo. -- Brasília, 2024.
30 p.

Monografia (Graduação - Geografia) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Organizações civis . 2. Representação feminina . 3. Igualdade de gênero . 4. Política local . 5. Efeito de arrasto de votos . I. Abreu de Azevedo, Daniel, orient. II. Título.

INGRIDY NOGUEIRA CRUZ

ASSOCIATIVISMO LOCAL E O ÊXITO FEMININO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 NO BRASIL: MUNICÍPIOS PEQUENOS E COM BAIXO IDHM

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Data da aprovação: 10/07/2024

Daniel Abreu de Azevedo

Orientador
Doutor em Geografia Política
Professor do Departamento de Geografia (UnB)

Juliana Nunes Rodrigues

Membro da Banca
Doutora em Geografia Política
Professora do Departamento de Geografia (UFF)

Matheus Denezine

Membro da Banca
Doutor em Geologia
Professor do Departamento de Geologia (UnB)

RESUMO

O presente estudo visa compreender se o associativismo local influenciou no sucesso eleitoral de candidatas aos cargos de vereadora e prefeita, nas eleições municipais de 2020, em municípios brasileiros de pequeno porte demográfico (até 15 mil habitantes) e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Para tanto, esses municípios foram selecionados a partir dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), totalizando 747. A partir da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foram identificadas as respectivas associações formalmente registradas e atuantes nas áreas de assistência social, religião, educação e saúde, referenciadas na literatura como de maior participação feminina. Foi calculada a medida da correlação de Spearman entre o número de vereadoras e o de prefeitas eleitas em 2020, e entre estes e a quantidade de associações formais vinculadas às mulheres. Os resultados obtidos indicam correlações fracas (rho de Spearman ≈ 0 e p-value > 0,05) para todos os pares testados, isto é, não foi observado correspondência entre o sucesso eleitoral de prefeitas e vereadoras, e vice-versa, bem como, de forma geral, o número dessas organizações civis não está relacionado com o sucesso das vereadoras e prefeitas eleitas.

Palavras-chave: Organizações civis. Representação feminina. Igualdade de gênero. Política local. Efeito de arrasto de votos.

ABSTRACT

The present study aims to understand whether local associations influenced the electoral success of candidates, for the positions of councilor and mayor, in the 2020 municipal elections, in brazilian municipalities with a small demographic size (up to 15 thousand inhabitants) and with a low Municipal Human Development Index (IDHM). To this end, these municipalities were selected from the databases of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the United Nations Development Program (PNUD), totaling 747. From the database of the Institute of Economic Research Applied (IPEA), the respective associations formally registered and active in the areas of social assistance, religion, education and health were identified, referenced in the literature as having greater female participation. The Spearman correlation measure was calculated between the number of councilors and the number of mayors elected in 2020, and between these and the number of formal associations linked to women. The results obtained indicate weak correlations (Spearman's rho ≈ 0 and p-value > 0.05) for all tested pairs, that is, no correspondence was observed between the electoral success of female mayors and councilors, and vice versa, as well as, in general, the number of these civil organizations is not related to the success of the elected councilors and mayors.

Keywords: Civil organizations. Female representation. Gender equality. Local politics. Efeito coattail.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 13
3. ASSOCIATIVISMO E DEMOCRACIA..... 15
3. 1. ASSOCIATIVISMOS, MUNICÍPIOS PEQUENOS E QUESTÕES DE GÊNERO.....20
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 24
5. CONCLUSÃO..... 34

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a invisibilização feminina no âmbito político é condicionada em virtude de delegar às mulheres atividades inerentes ao contexto familiar, como o cuidado com os filhos e a casa. Já aos homens, atribuem-se funções da esfera pública, relacionadas à política e à economia (COELHO E BAPTISTA, 2009). Assim, em oposição a essa condição estrutural, a equiparação de gêneros em espaços decisórios pode legitimar a democracia, tanto em proporcionalidade numérica, quanto em pluralidade de perspectivas (PHILLIPS, 1995).

Na conjuntura política brasileira, verifica-se, a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a sub-representação feminina nos espaços de poder. Embora constituam 53% do eleitorado brasileiro, apenas 16% dos cargos políticos eletivos são ocupados por mulheres (TSE MULHERES, 2020). Nesse sentido, concomitante à participação feminina ainda ser escassa em espaços políticos exclusivos (CASTRO, 2018; AZEVEDO, 2023), como nas assembleias legislativas dos diferentes entes federados no Brasil, observa-se uma redução, embora tardia, na disparidade de gênero na representação política municipal, sobretudo em municípios economicamente menos desenvolvidos (MIGUEL; QUEIROZ, 2006).

A constatação de Miguel e Queiroz (2006) que mulheres têm mais sucesso em municípios pobres foi alvo de análise a partir de três hipóteses que foram refutadas pelos autores. Ao final, eles sugeriram que seriam “necessárias explicações mais complexas para o fenômeno” (op. cit., 2006, p.363). Por essa razão, a obra desses autores funciona como um chamado para outras pesquisas que busquem entender quais as particularidades desses municípios.

Já em relação à participação feminina nas associações, pesquisas revelam que sua presença é consideravelmente maior em organizações civis voltadas para questões comunitárias (SACCHET, 2009; ALMEIDA et al., 2012), condicionando uma maior proximidade com seus vizinhos. Esse fenômeno pode ser significativo em localidades com menor população, em virtude da divulgação orgânica das lideranças advindas dessas atividades associativas, a qual possibilita que as mulheres sejam reconhecidas pela comunidade. Assim, em áreas menos populosas, o

desenvolvimento da política eleitoral é influenciado pela maior possibilidade de conhecer seus vizinhos (AZEVEDO, 2021).

Adicionalmente, em municípios menos desenvolvidos, as associações locais tendem a se estabelecer como uma tentativa de mitigar as dificuldades sociais prevalentes. Assim, em decorrência de uma maior participação das mulheres nessas organizações civis, a hipótese inicial é que esse envolvimento associativo feminino apresente um reflexo político-eleitoral mais evidente nesses municípios, pois estas associações podem funcionar como recursos de mobilização eleitoral (ALMEIDA et al., 2012; AYRES et al., 2018; ALMEIDA, 2024), convertendo o capital social em capital político (BOURDIEU, 1986; PUTNAM, 2006 [1993]).

Assim, o objetivo desse estudo é compreender se o associativismo local influenciou o sucesso eleitoral das candidatas, aos cargos de vereadora e prefeita, nas eleições municipais de 2020, em municípios brasileiros de pequeno porte demográfico (até 15 mil habitantes) e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), inferior a 0,6.

Essa investigação contribui para a ampliação desta discussão em escala municipal e por meio da perspectiva político-geográfica. Apesar de existirem poucos trabalhos sobre a relação entre a participação política das mulheres e o seu perfil associativo, a predileção destes estudos se concentra no âmbito da ciência política, aplicada predominantemente em escala nacional (ALMEIDA *et al*. 2012). Assim, é essencial entender como as instituições políticas, formais e informais, dispostas no espaço, influenciam no processo eleitoral das candidatas, visto que as diversas organizações civis são fundamentais para fornecer base à prática política dos indivíduos (MACHADO, 2015).

O presente artigo está estruturado em três seções. A primeira aborda os procedimentos metodológicos utilizados para categorizar as associações, selecionar os municípios e correlacionar os dados. A segunda apresenta o conceito de associativismo, relacionando-o com a democracia, enquanto sua subseção discute as categorias associativas e seu vínculo com municípios pequenos e questões de gênero. Por fim, na terceira seção, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, obtidos por meio da espacialização dos dados e da análise de correlação de Spearman entre a quantidade de associações e o número de eleitas nos municípios selecionados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica para verificar as produções existentes sobre associativismo e sucesso eleitoral feminino no contexto político brasileiro. Foram consultadas três bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES e SciELO. Empregaram-se descritores em português, sendo: “associativismo”, “feminino” e “política”, resultando em uma publicação (Almeida *et al*., 2012). Em paralelo, para estabelecer uma conexão direta com o recorte espacial, adicionaram-se as palavras-chave “eleições”, “mulheres”, “municipal”, sendo encontrados outros dois estudos (MIGUEL; QUEIROZ, 2006; CORDOVA *et al.*, 2023).

Segundo Sacchet (2009), existe uma tendência das mulheres em associar-se a organizações relacionadas à assistência social, religião, educação e saúde. Com base nesta pesquisa, categorizaram-se as associações com estas correspondências em “associações femininas”. Os dados acerca destas organizações foram coletados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) a partir do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC), sendo apresentados graficamente e segmentados por região, de modo proporcional ao número de municípios, demonstrando o quantitativo de associações presentes em cada categoria.

Em virtude da ausência de reflexão teórica que relaciona gênero a outras classes de associações trazidas pelo IPEA, excluíram-se dos dados correspondentes às associações de desenvolvimento e defesa de interesses múltiplos, desenvolvimento rural, habitação e meio ambiente. Ressalta-se que as associações contempladas neste estudo são de cunho formal, reconhecendo, contudo, que existem aquelas de vínculos informais, as quais, devido à ausência de informações, não foram contabilizadas.

A fim de filtrar os municípios com pequeno porte demográfico e padronizar um limiar de eleito, utilizou-se como critério o Artigo 29, inciso IV, alínea "a" da Constituição Federal o qual determina, para até 15 mil habitantes, no máximo, nove vereadores (CF/88). Além disso, os dados demográficos foram extraídos do censo 2022, fornecido pelo IBGE, e cruzados com as informações do IDHM de 2010 obtidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Assim,

foi possível selecionar 795 municípios que correspondem a um baixo IDHM, classificação padrão inferior a 0,6, e possuíssem até 15 mil habitantes.

No TSE, foram levantadas informações a respeito dos candidatos eleitos nestes municípios nas eleições de 2020. Esses dados foram filtrados de acordo com o cargo, - no poder executivo (prefeito) e no legislativo (vereadores) –, o gênero (feminino e masculino) e o resultado eleitoral (eleitos e não eleitos). Foi necessário entrar com pedido público para ajustar inconsistências encontradas em 26 municípios que apresentavam entre 18 e 22 vereadores eleitos. Sem resposta, o problema foi solucionado manualmente, pesquisando os eleitos de cada município e contabilizando-os. Outros 47 municípios apresentavam 11 vereadores, enquanto um município possuía 13. Não foram encontradas justificativas para esse somatório superior a nove vereadores em municípios com até 15 mil habitantes. Por essa razão, esses municípios foram excluídos, totalizando, ao final, 747 municípios que correspondem aos parâmetros da pesquisa.

O conjunto de dados obtidos foram espacializados por meio de mapas elaborados no *software* QGIS. Foram produzidos quatro mapas: o primeiro recorta os municípios com IDHM inferior a 0,6; o segundo os municípios com quantitativo populacional até 15.000 habitantes; o terceiro mapa apresenta a incidência de associações vinculadas às mulheres nesses municípios; e, por fim, o quarto mapa representa a distribuição de vereadoras e prefeitas eleitas em 2020 nesses municípios.

Para investigar a correlação entre o número de eleitas no Executivo e no Legislativo nas eleições de 2020, bem como entre o número de prefeitas e vereadoras, em municípios com baixo IDHM e população inferior a 15 mil habitantes e o associativismo local, foi empregada a correlação de Spearman, calculada por meio do software JASP. A escolha desta técnica se justifica devido à ausência de normalidade na distribuição dos dados, conforme indicado pelo teste W de Shapiro-Wilk com p-Value de Shapiro-Wilk baixo (<0,05).

O coeficiente de rho de Spearman (ρ) varia de -1 a +1. Um valor $\rho \approx |1|$ indica uma correlação perfeita, na qual $\rho \approx -1$ resulta que uma variável aumenta à medida que a outra diminui, enquanto $\rho \approx +1$ implica que uma variável aumenta à medida que a outra também aumenta, ambas de modo monotônico. Por outro lado, quando $\rho \approx 0$, a relação entre as variáveis é fraca, sendo $\rho = 0$ uma relação nula.

Ressalta-se que esta análise estatística mede a força entre as variáveis, e não necessariamente indica relação de causa e efeito. Por sua vez, o p-value é um índice que indica a força de um resultado estatístico para se rejeitar a hipótese nula adotada (MUFF, 2021). Neste sentido, um P-Value de Spearman entre 0.1 e 0.9 indica fraca evidência no valor de rho de Spearman obtido, para se rejeitar a hipótese nula do teste, nesse caso, de que os dados testados apresentariam correlação nula, permitindo assim, aceitar a hipótese inicial.

Assim, a correlação de Spearman é uma medida estatística utilizada para verificar a relação entre duas variáveis, comparando a ordem dos valores, em vez dos valores absolutos. Caso uma variável aumente à medida que a outra também aumente, ou diminua à medida que a outra também diminui, há uma correlação positiva. Por outro lado, se uma variável aumenta enquanto a outra diminui, ou vice-versa, há uma correlação negativa. Esse método identifica a conexão entre duas listas de valores ordenados (SOUSA, 2019). No contexto da pesquisa, analisa-se a relação entre prefeitas e vereadoras, bem como entre associações femininas e candidatas eleitas para cargos executivos e legislativos.

Em uma única tabela, foram apresentados os dados da análise estatística. Em uma segunda tabela, foram expostos os dados considerados *outliers*, correspondentes aos municípios que apresentaram maior número de associações femininas e aqueles que não apresentam essa classe de organizações civis, a fim de analisar, de modo comparativo, sua influência no número de eleitas na câmara municipal em 2020.

3. ASSOCIATIVISMO E DEMOCRACIA

O associativismo ganha notoriedade a partir de 1835 com a obra *A democracia na América* de Alexis de Tocqueville. Nesse livro, o autor afirma que a coletividade possibilita aos cidadãos alcançarem metas que, individualmente, seriam inatingíveis, desenvolvendo um senso de preocupação em relação ao futuro da comunidade (TOCQUEVILLE, 2005 [1835]). Esse fenômeno sociopolítico, de natureza complexa e multifacetada, caracteriza-se pelo vínculo individual e voluntário em prol de interesses ou ideologias em comum (GUSSO, 2021).

Na pauta dos movimentos sociais e de parte da literatura, as organizações

civis são, em geral, caracterizadas a partir do pluralismo de ideias, pela diversidade de sujeitos e pela cultura cívica. Por outro lado, é necessário reconhecer que os efeitos democráticos oriundos das associações são heterogêneos (WARREN, 2001), condicionados pela categoria e pelo contexto em que operam, sendo moldados conforme os interesses coletivos. A geografia tem um papel fundamental na compreensão de seus efeitos, visto que os contextos espaciais são capazes de influenciar seus funcionamentos (AZEVEDO, 2021). A análise dessa dinâmica torna-se fundamental para interpretar seus impactos e suas limitações.

Em uma perspectiva da teoria da democracia, verifica-se que essa relação ultrapassa o direito individual de associação. Segundo essa literatura, associar-se constitui a capacidade de defender as demandas dos grupos vulneráveis; do caráter pedagógico da cooperação, que estimularia a formação de virtudes cívicas e a ampliação dos espaços de participação política (LUCHMANN, 2014; VIEGAS, 2014). Além disso, pode contribuir para a apresentação de novas demandas, promoção de debates e integração de interesses que transcendem os limites territoriais (ALMEIDA e*t al.*, 2012). Desse modo, a ampliação do associativismo teria potencial para alcançar mais conquistas sociais e desenvolver a participação política (GONÇAZE *et al*., 2020; NUNES *et al.*, 2020; PRATAS, 2022).

Entretanto, apesar do potencial construtivo, o associativismo também pode servir para objetivos opostos, isto é, alavancar propósitos e visões que fortalecem opiniões extremistas e polarizam a sociedade, fragmentando e tensionando o tecido democrático (KWON, 2004). Segundo Kwon (2004, p. 2), “uma vida associativa vigorosa nem sempre contribui para a consolidação da ordem democrática e do desempenho institucional”. O fascismo na Itália exemplifica como o radicalismo associativo pode ser instrumento para promover ideologias antidemocráticas. No contexto do Brasil, o coronelismo (LEAL, 2012), o mandonismo e o clientelismo (ARNAUD; MARQUES, 2021) são exemplos de como relações de poder verticalizadas podem atravessar relações associativas em que os membros já possuem domínio um sobre os outros.

Assim, os vínculos associativos podem, também, levar a consequências negativas, como a restrição da liberdade e exclusão de indivíduos externos àquele grupo (ALCORTA et al. 2020). Com efeito, as associações podem ser meios para reforçar estruturas de poder opressivas e exclusivas. Nos casos brasileiros,

expressam-se em regimes de favores aos amigos e de perseguições aos adversários, resultando no ganho de prestígio político por meio da coerção e da suposta defesa de interesses locais (ARNAUD; MARQUES, 2021).

Nesses contextos, as associações podem se tornar arenas de favorecimento pessoal e perseguição, em que o prestígio político é obtido por meio de coerção e manipulação. Segundo Know (2004):

> Se e como as associações na sociedade civil contribuem ou não para o desenvolvimento democrático é determinado pela forma como interagem e mudam o seu próprio quadro interpretativo no terreno político e ideológico em curso, e não pelo caráter de uma organização específica. O capital social promovido pelas associações cívicas pode pôr em perigo a democracia quando as normas cívicas das associações não se baseiam na fé sólida no regime democrático e não conseguem governar as interações e os conflitos entre associações através de processos pacíficos (KWON, 2004, p. 27).

Nesse sentido, os benefícios a favor da democracia devem ser testados empiricamente (WARREN, 2001; LUCHMANN, 2011a), investigando sua intersecção com a liberdade de expressão e outros valores basilares da democracia, além de compreender as particularidades contextuais onde essas associações estão inseridas.

Em contrapartida, para autores como Putnam (2006 [1993]) e Fukuyama (2004), os membros de associações podem construir maior consciência política e competência cívica, visto que desenvolvem senso de responsabilidade e orientam suas relações horizontalmente. Assim, são estabelecidas relações de confiança, estruturando o capital social de uma comunidade.

Essa estruturação do capital social decorre da capacidade de constituir reconhecimento, reciprocidade e cooperação mútua entre membros de uma comunidade. Para isso, é necessário que exista um padrão de regulação fundamentado em rede por meio de laços horizontais de interdependência entre seus integrantes (FRANCO, 2001). Segundo Putnam (2006 [1993]):

> Os cidadãos das comunidades cívicas descobrem em sua história exemplos de relações horizontais bem-sucedidas, enquanto os cidadãos das regiões menos cívicas encontram, quando muito, exemplos de suplicação vertical. Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação

> sociais. Os fluxos de informação verticais costumam ser menos confiáveis que os fluxos horizontais, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração. E o que é mais importante, as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça do oportunismo dificilmente são impostas de baixo para cima e, ainda que o sejam, dificilmente são acatadas (PUTNAM, 2006 [1993], p. 184).

A confiança social, conforme expressa por Putnam (ibidem), é sustentada por dois pilares centrais: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. O primeiro se refere às normas e aos acordos estabelecidos de modo informal entre os membros de uma comunidade, os quais fundamentam a cooperação e a responsabilidade mútua. Assim, o controle das ações ocorre mediante a mensuração de suas consequências, positivas ou negativas, visando à aceitação e à integração no convívio coletivo.

Já o segundo pilar corresponde ao intercâmbio social, que amplia a rede de comunicações, transpondo informações e consolidando elos de reciprocidade. Assim, nessa perspectiva, “sem o capital social, tenderiam a vigorar relações clientelistas fundadas em relações assimétricas, hierárquicas e verticais, com a consequente utilização de bens públicos como moeda de troca para se auferirem benefícios privados” (BOSCHI, 1999, p. 2). Sob outra perspectiva, Fukuyama (2000) afirma que, em grupos com ideologias pautadas no ódio e na intolerância, a acumulação de capital social pode resultar em consequências negativas.

Na geografia política, a literatura aponta como o associativismo pode construir espaços políticos. As associações conformam espaços políticos limitados, designados ao debate e a representação de temáticas e interesses específicos, institucionalizados e legitimados por regras de participação (AZEVEDO, 2016; CASTRO, 2018; AZEVEDO, 2023).

Sejam abertos (como ruas e praças), exclusivos (as assembleias legislativas em múltiplas escalas) ou limitados (associações diversas), os espaços políticos são, simultaneamente, material e intencional, já que são atravessados por características espaciais (como tamanho, extensão e distância) e buscam afetar a agenda política. Neles, podem ocorrer a deliberação das pautas do coletivo e das problemáticas sociais, influenciando a agenda pública (RODRIGUES; MACHADO, 2023) e mediando as relações entre Estado e sociedade (CASTRO, 2018; AZEVEDO, 2023).

Desse modo, a democracia é vista como a construção de um arcabouço institucional (AVRITZER, 1997) que se estabelece na relação de pressão legítima entre Estado e sociedade, seja diretamente ou de modo representativo (AZEVEDO, 2023). Ao analisar o aspecto democrático das organizações civis, sua atuação pode ser vista como modeladora do comportamento político social, bem como um mecanismo para representação política alternativa e para aquisição de recursos e habilidades, refletindo a liberdade individual e a busca pela igualdade de oportunidades.

No âmbito individual, o associativismo pode promover o desenvolvimento de habilidades e competências de caráter cívico e político, além do senso de pertencimento ao coletivo (TOCQUEVILLE, 2004 [1840]; PUTNAM, 2006 [1993]). Esse adensamento dos vínculos sociais pode contribuir para a consolidação de lideranças políticas (ALMEIDA *et al.,* 2012), as quais emergem devido à posição de destaque assumida por alguns indivíduos que se comprometem com a comunidade, tornando-se representantes confiáveis e símbolos da luta pelo bem comum. Nesse sentido, as virtudes produzidas pelo vínculo associativo podem ser manifestadas a nível individual e projetadas a nível social e político.

As conexões interpessoais estabelecidas nesses vínculos cívicos condicionam efeitos internos ao indivíduo e externos ao meio social, podendo ser traduzidas em ativos políticos. Assim, têm potencial para mobilizar, formar coalizões e contribuir para o engajamento efetivo em campanhas políticas, construindo, desse modo, um quórum eleitoral decisivo.

De forma substantiva, a literatura associativista revela que as associações democráticas cumprem requisitos para conformação de instituições políticas eficazes (LUCHMANN, 2011b). Na esfera pública, é viável que ocorra a articulação entre espaços políticos de debates, canalizando informações e fortalecendo a consciência político-cidadã. No âmbito institucional, nota-se tanto um maior *accountability*, quanto a ampliação da representação política. Isso decorre da pluralidade de perspectivas, identidades e interesses, que promove a formulação de políticas públicas mais assertivas e condiciona uma maior governabilidade.

3. 1. ASSOCIATIVISMOS, MUNICÍPIOS PEQUENOS E QUESTÕES DE GÊNERO

A partir do conceito de sociedade civil, as associações são definidas como voluntárias e não vinculadas ao mercado e ao Estado (LAVALLE; BARONE, 2015). Os autores destacam que estas organizações civis (excluindo sindicatos, associações profissionais e patronais, partidos políticos, igrejas e defesa de direitos), possuem maior presença em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso sugere que o associativismo local pode ser estabelecido como uma estratégia para mitigar desigualdades resultantes de um contexto econômico desfavorecido.

As organizações civis classificam-se como formal ou informal. As associações formais possuem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e seguem uma série de normas para seu funcionamento. Segundo o IPEA, o número de Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFLs) no Brasil era de aproximadamente 815 mil em 2020, tendo apresentado um crescimento de mais de 250 mil nos 10 anos anteriores (IPEA, 2020). Com efeito, o aumento dos atores políticos e das suas formas de participação, a gênese da representação política institucional torna-se mais complexa, transcendendo o modelo eleitoral tradicional (LUCHMANN, 2014).

Por outro lado, as organizações informais não possuem registro, atuando de forma mais flexível e descentralizada. Sua constituição pode emergir de necessidades imediatas da comunidade, operando de modo temporário ou contínuo. Embora não sejam formalmente reconhecidas, devido à burocracia e aos custos, podem desempenhar um papel importante na articulação das demandas locais e na solidariedade comunitária.

As organizações civis refletem a heterogeneidade dos fenômenos sociais. Isso significa dizer que o impacto das associações na estrutura político-institucional se constroi de modo diferente segundo o tipo de associativismo existente (ALMEIDA *et al.*, 2012; LUCHMANN, 2014; AYRES *et al.*, 2018). Entretanto, não é sempre evidente na teoria associativista quais, como e para quem essas associações podem ser catalisadoras de capital social em capital político. Por exemplo, sindicatos e associações profissionais atuam sob estruturas complexas, demandando mais

recursos e alcançando um maior contingente de pessoas (ALMEIDA *et al*., 2012). Por essa razão, são considerados mais relevantes para projetar possíveis candidaturas na esfera legislativa nacional. Em contrapartida, associações comunitárias e locais têm potencial para serem benéficas para o desenvolvimento de solidariedades e de lideranças locais, devido à sua limitada eficácia na integração de estruturas sociais mais robustas (SACCHET, 2009; ALMEIDA *et al.*, 2012).

Contudo, no âmbito municipal, os impactos políticos das associações podem ser díspares, uma vez que espaços e escalas distintos promovem diferentes impactos associativos. Nesse sentido, “o espaço ajuda a revelar as formas pelas quais esses vínculos políticos presentes na representação política estão postos como estratégias no recrutamento à política” (MACHADO, 2015, p. 8).

Segundo Sacchet (2009), verificam-se entre homens e mulheres distinções relacionadas à tendência de vínculo entre as categorias associativas. Condicionadas pelo trabalho do cuidado, às mulheres, principalmente aquelas de origens sociais marginalizadas, tendem a se dedicar às necessidades práticas e emocionais dos outros, refletindo em desigualdades de gênero, classe e raça (HIRATA, 2016).

Assim, as mulheres gastam mais energia atuando em trabalhos voluntários em prol do bem-estar da comunidade, participando de grupos de ações voltadas à assistência de idosos, crianças e pessoas mais carentes. Como consequência, conhecem melhor seus vizinhos e fortalecem seus vínculos sociais locais. Nesse sentido, a participação feminina na esfera cívica e política pode representar um mecanismo para o progresso social, já que seu desempenho se demonstra superior em contextos com maior engajamento cívico (CAIAZZA; PUTNAM, 2002).

Em contrapartida, os homens estão frequentemente relacionados a associações destinadas à esfera pública, ou seja, referentes ao mundo do trabalho e da política, como sindicatos e clubes. Fator que impacta diretamente o êxito eleitoral dos candidatos com este perfil de recrutamento na escala nacional, em razão da ampla rede de comunicações e de uma estrutura de apoio político-financeira efetiva (SACCHET, 2009). Nesse sentido, o impacto na transformação de capital social em capital político dessas associações “masculinas” é conhecido.

Na escala municipal, a sociabilidade desempenha um papel fundamental na compreensão da dinâmica eleitoral (CORDOVA *et al.*, 2023). Desse modo, o associativismo local pode ser um instrumento de socialização para alavancar

politicamente os candidatos, dado que, o reconhecimento pode configurar um maior respaldo comunitário a lideranças advindas do seu interior. Constroi-se assim, no melhor dos cenários, apoio e legitimidade às iniciativas locais, estabelecendo relações interpessoais entre seus integrantes e favorecendo uma divulgação orgânica e efetiva destes perfis de influência.

A constituição do associativismo local pode se basear em parâmetros de identidade, valores e práticas comuns transmitidos entre gerações, os quais fortalecem o senso de pertencimento e podem alicerçar o desenvolvimento local. As organizações civis, de caráter voluntário, assim constituídas em regiões menores e pouco populosas, são capazes de refletir as necessidades locais, conferindo às lideranças locais o símbolo de uma confiança pautada na preocupação com os problemas sociais da comunidade. Segundo Coelho (2008):

> O associativismo contribui para a consolidação e dinamização do tecido social, e é um importante fator de transformação e inovação social. Assume-se como um local de experimentação de novas soluções. Reveste-se de importância social, reconhecimento do valor da ação dos seus dirigentes, consciencialização plena da força social e política que possui e reestruturação inovadora da sua organização, coordenação de ações através da estruturação inovadora da sua organização, e pela coordenação de ações que elevem a voz dos seus projetos, atos e ideais (COELHO, 2008, p. 12).

Desse modo, as associações locais, quando alinhadas ideologicamente com princípios democráticos, possibilitam estimular o desenvolvimento de discussões políticas e desenvolver habilidades de liderança, construindo alicerces para a solidificação da carreira política. Em comunidades carentes, as mulheres podem assumir papeis de influência devido ao ímpeto voltado para a compreensão das urgências presentes no seu meio social e da disposição para fornecer esta assistência de forma voluntária. Assim, é provável que ocorra o estreitamento dos vínculos sociais entre as mulheres e a sua comunidade, pois podem ser vistas como agentes-chave na tentativa de mitigar o baixo desenvolvimento social local.

A hipótese dessa pesquisa é que, talvez, as associações consideradas pela literatura como “femininas” possuem impacto na transformação de capital social em capital político de mulheres em municípios pobres e pequenos, já que as tornariam mais conhecidas entre os cidadãos. Isso tende a acontecer em municípios pequenos, que possuem dinâmicas socioespaciais diferentes, com maior

intensidade de sentimento de proximidade do que em grandes metrópoles. Se a hipótese estiver correta, o associativismo ajudaria a entender mais por que mulheres apresentam um desempenho melhor em realidades socioeconomicamente desfavorecidas.

De acordo com Elias (1994), as sociedades estabelecidas em pequenas comunidades apresentam uma configuração social caracterizada por laços interpessoais mais robustos, nos quais as relações sociais são mais intensas e diretas. Essa configuração contrasta significativamente com as dinâmicas presentes nas grandes cidades, onde prevalece o anonimato e a individualização dos contatos sociais. Em municípios pequenos, os habitantes não apenas conhecem seus vizinhos imediatos, mas também possuem uma familiaridade com uma parcela expressiva da população local. Nesse contexto, como argumenta Tarrow (1998), a frequência das interações face a face facilita processos de mobilização política que são notavelmente mais diretos e informais. As mulheres, particularmente aquelas engajadas em associações femininas, podem instrumentalizar essas estruturas sociais densas como alavancas para fomentar seu destaque político.

A visibilidade decorrente do trabalho associativista pode fortalecer o fenômeno do voto "amigos e vizinhos". Key argumentou que o localismo, entendido como a identificação espacial entre eleitor e candidato, frequentemente se sobrepõem às divergências ideológicas e partidárias, influenciando assim, o comportamento eleitoral. Na mesma linha, o "efeito vizinhança" sugere que os eleitores atuam simultaneamente como nós, recebendo, enviando e processando informações nas interações sociais, e como links, participando de instituições como partidos políticos e a mídia, compondo uma rede de comunicação. A eficácia dessas interações é condicionada por diversos fatores, incluindo a proximidade geográfica entre os nós, que influenciaria a difusão espacial da informação. O localismo, portanto, altera continuamente o fluxo de informações que chega ao eleitor, impactando suas opiniões e escolhas eleitorais (KEY, 1969; COX, 1969; AZEVEDO, 2023). Esse mecanismo possui o potencial de impulsionar mulheres a cargos legislativos locais, como o de vereador, de onde historicamente têm estado ausentes.

Nesta perspectiva, o reconhecimento social permite que alguns indivíduos sejam considerados politicamente capazes (BOURDIEU, 1986; MIGUEL *et al*.,

2006). Tendo em vista o papel da mulher na dinâmica destas comunidades, um dos mecanismos para adquirir capital político pode advir da taxa de conversão do capital social, sendo produto da credibilidade e da capacidade de influenciar nos processos políticos devido a sua visibilidade, uma vez que atuam como porta-vozes das problemáticas locais.

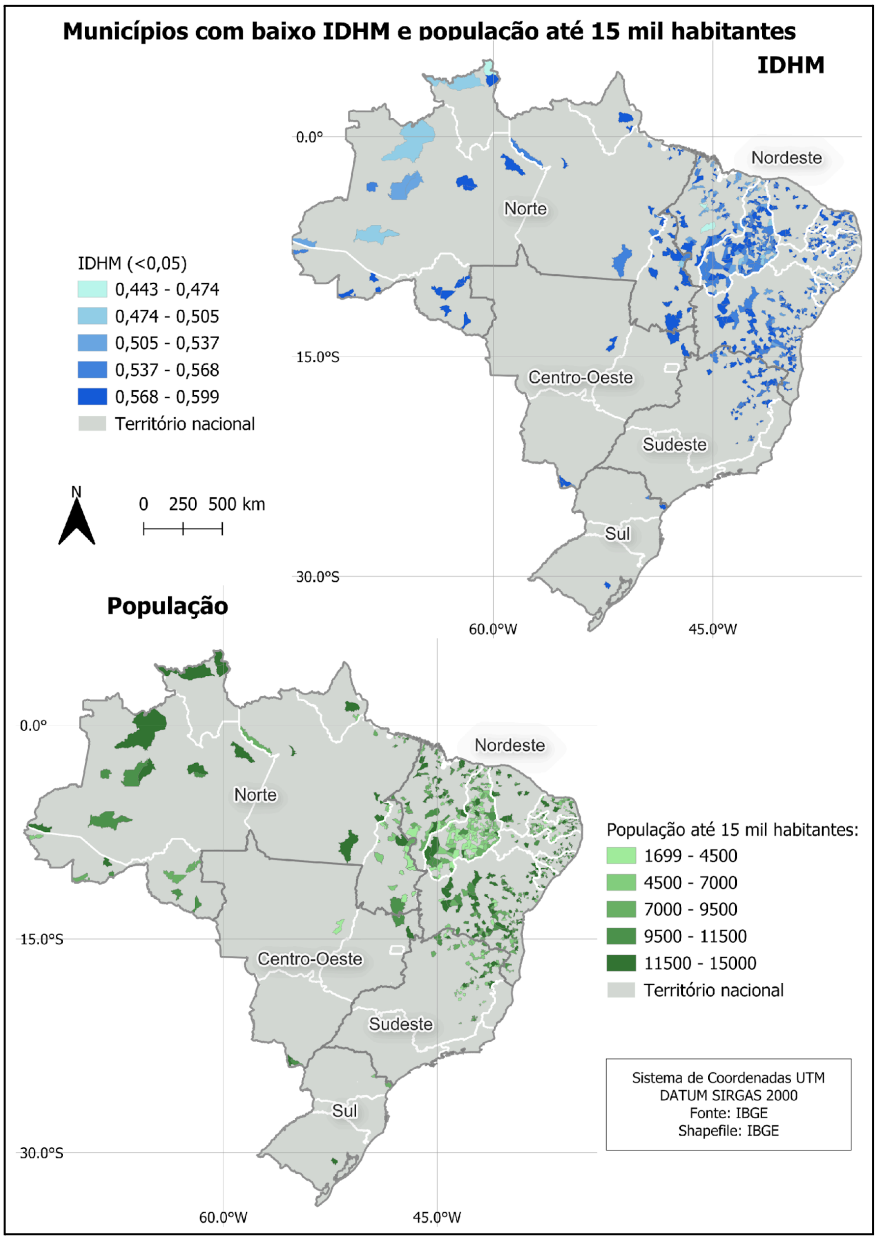
Desse modo, esse mecanismo de conversão de capital pode se retroalimentar, uma vez que “a delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em máquinas políticas [...] e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias” (BOURDIEU, 1986, p. 194).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da organização e da tabulação dos dados referentes ao IDHM e ao quantitativo populacional, elaborou-se um mapa representando os 747 municípios correspondentes aos parâmetros do estudo (Figura 1). Nota-se que os municípios estão distribuídos de modo desigual entre as cinco regiões brasileiras, com 615 concentrados na região Nordeste, correspondendo a 82% do total. Os demais distribuem-se em: 62 no Sudeste, 60 no Norte, 7 no Centro-Oeste e 3 na região Sul.

Observa-se uma espacialização em *clusters* nos municípios do norte e nordeste de Minas Gerais e de Tocantins, bem como na região Nordeste. No Nordeste, destacam-se os estados do Piauí, Bahia e Paraíba os quais reúnem 50% dos municípios selecionados, com 160, 118 e 102 respectivamente. Extrai-se do mapa (a) que, majoritariamente, os municípios estão classificados com um baixo IDHM (0,5 a 0,599), já uma menor parcela possui um IDHM considerado muito baixo (<0,5). Esta última encontra-se distribuída entre Piauí (5), Maranhão (3), Roraima (2), Amazonas (1) e Alagoas (1). O município com menor registro de desenvolvimento foi Fernando Falcão (MA), que apresenta um IDHM correspondente a 0,443. Enquanto 21 municípios, situados entre Bahia (6), Ceará (2), Maranhão (2), Pernambuco (2), Minas Gerais (1), Paraíba (1), Piauí (1), e Sergipe (1), apresentam um IDHM de 0,599.

Figura 1. Distribuição dos Municípios com baixo IDHM e população inferior a 15 mil habitantes. (a) Mapa IDHM e (b) Mapa populacional



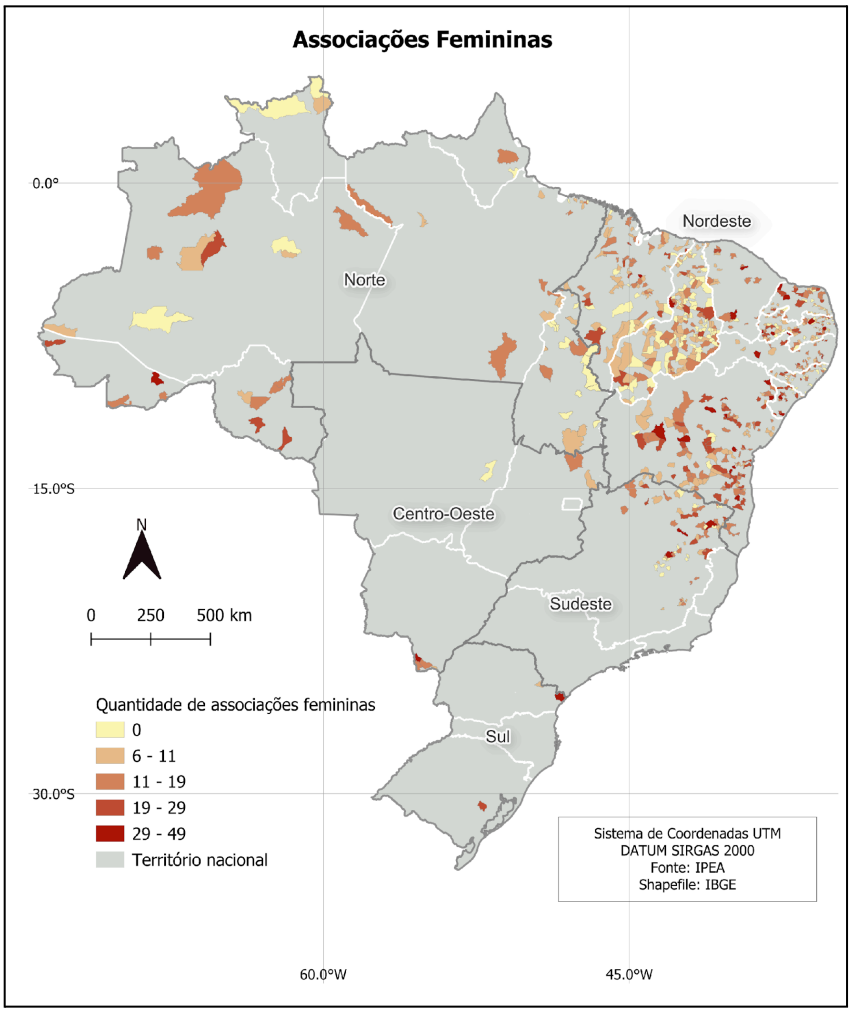
Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 1, no mapa b, São José do Brejo do Cruz (PB) apresenta o menor quantitativo populacional, com 1.699 habitantes. Em contraste, Santa Brígida (BA), possui 14.965 habitantes, a maior população da amostra. A partir da análise dos quartis amostrais, constatou-se que 25% dos municípios apresentam até 5.100

habitantes, enquanto 50% correspondem a populações que variam até 5.100 até 11.067, e, por fim, 25% entre 11.067 e 14.965.

A fim de espacializar os dados de associações femininas, foi elaborado um segundo mapa (Figura 2). Ao todo, constataram-se 9.335 organizações civis. Cerca de 75% dos municípios, excluindo-se apenas aqueles da região Sul, apresentam até 16 associações.

Figura 2. Associações femininas em municípios com baixo IDHM e população inferior a 15 mil habitantes



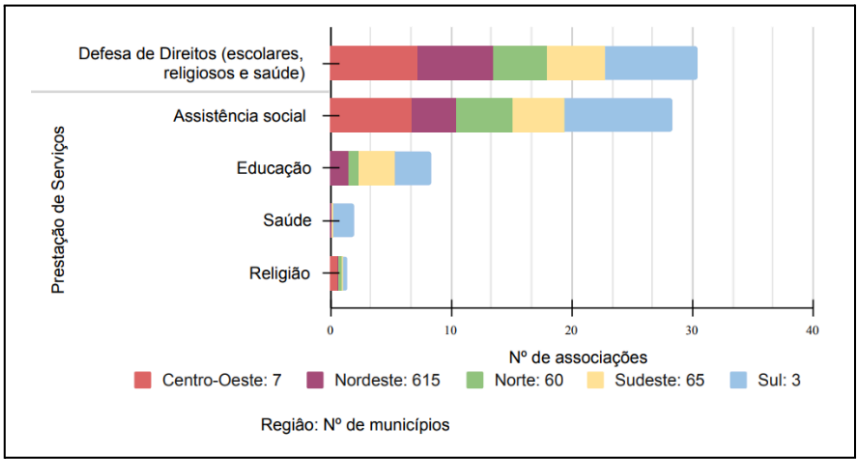
Fonte: Elaboração do autor.

Em contrapartida, apenas 1,74% dos municípios apresentam de 37 a 49 associações femininas, distribuídas entre Bahia (3), Paraíba (2), Sergipe (2), Minas Gerais (2), Maranhão (1) e Rio Grande do Norte (1). Destaca-se o município Jitaúna

(BA), o qual apresenta o maior registro de associações vinculadas a mulheres, totalizando 49. Seguido dos municípios Itagi (BA) e Santa Luzia do Itanhy (SE), com 46 e 45 associações respectivamente. Por outro lado, os municípios piauienses: São Luis do Piauí, Aroeiras do Itaim e Pavussu (PI), e o município Vila Flor (RN) não apresentam organizações femininas registradas.

A exemplo de Sacchet (2009), elaborou-se um gráfico apresentando as áreas temáticas de atuação destas organizações civis, consolidadas de acordo com o número de municípios presente em cada região (Figura 3).

Figura 3: Distribuição das associações por região, categoria e vínculo



Fonte: Elaboração do autor.

Observa-se nas categorias associativas a distinção de dois eixos principais. O primeiro corresponde à defesa de direitos, voltado para mudanças estruturais na legislação, buscando influenciar as políticas públicas e a percepção governamental sobre as problemáticas locais. O segundo eixo (assistência social, educação, saúde e religião) é ligado à prestação de serviços, com foco na ação prática e no enfrentamento de desafios operacionais e imediatos.

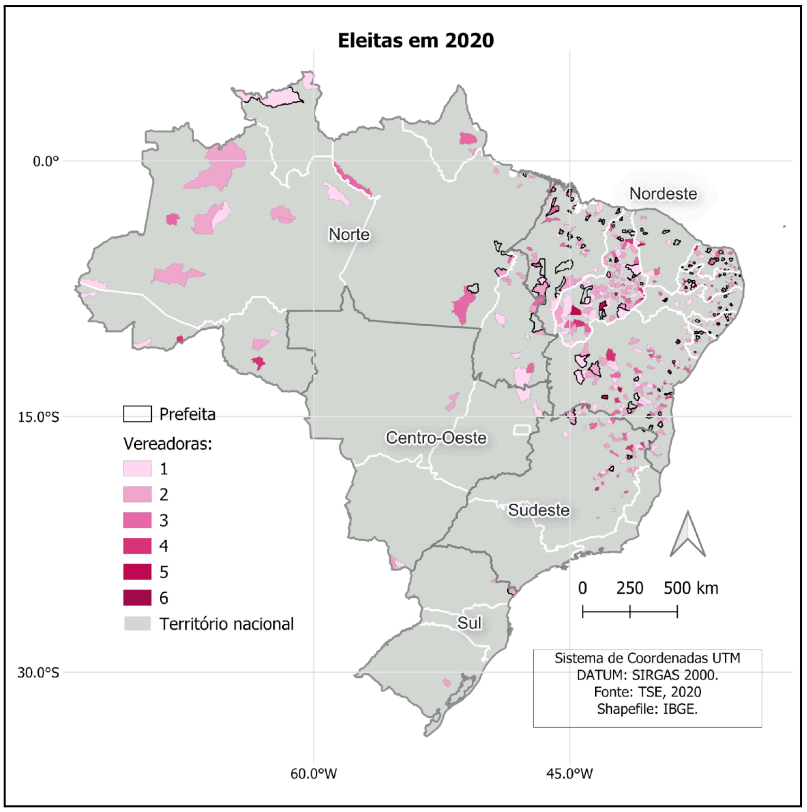
Em todas as regiões predominam associações voltadas para as categorias de defesa de direitos (escolares, religiosos e saúde) e de assistência social. O envolvimento significativo com essas classes pode ser interpretado como um reflexo dos esforços para atenuar os desafios locais, presentes em virtude do baixo IDHM desses municípios.

De modo comparativo, nota-se uma adesão reduzida a associações voluntárias que atuam diretamente na prestação de serviços nesses âmbitos, o que pode estar relacionado com a ausência de recursos e treinamento, o que limitaria a capacidade destas organizações de atender as demandas locais de forma eficaz.

Por outro lado, associações de assistência social, em virtude da diversidade de atividades desenvolvidas, correspondem a ações em que há maior possibilidade de cooperação sem necessidade de capacitação profissional. Essas associações são, portanto, fomentadas por meio de doações e serviços dedicados ao apoio daqueles em situação de vulnerabilidade. Em geral, há uma distribuição quase equivalente das classes associativas em todas as regiões, exceto a categoria de organizações voltadas para saúde, que apresenta predominância na região Sul.

Para analisar o quantitativo de mulheres eleitas em 2020, elaborou-se um mapa contendo a distribuição de vereadoras e a presença de prefeitas nos municípios selecionados (Figura 4).

Figura 4. Mapa de Mulheres eleitas em 2020: Municípios com baixo IDHM e população inferior a 15 mil habitantes



Fonte: Elaboração do autor.

Nota-se que, em uma pequena parcela dos municípios estudados, há correspondência entre a ocorrência de prefeitas e vereadoras eleitas, totalizando 98 municípios. Sugere-se que a eleição de uma prefeita, sem a correspondente eleição de vereadora(s), possa ser mais simbólica do que substantiva, no que tange a uma possível mudança estrutural na política local. Além disso, a dificuldade de acesso a recursos financeiros, à infraestrutura administrativa e às redes de influência interferem no sucesso das campanhas eleitorais das candidatas.

De modo geral, nesse recorte, o gênero feminino no cargo executivo não demonstra força para transferir apoio para as candidatas ao legislativo. Embora, de modo geral, candidatos ou políticos eleitos de um mesmo partido podem influenciar o desempenho eleitoral uns dos outros, transferindo apoio eleitoral. Esse fenômeno é conhecido como efeito *coattail* ou arrasto de votos (LIMA; RUSSO, 2022), muito relacionado a partidos políticos ou famosos candidatos. Em nossa pesquisa, infere-se que esse efeito não é relevante para questões de gênero.

Nos dados eleitorais, verificou-se que, dos 747 municípios estudados, apenas 121 tiveram prefeitas, eleitas em 2020, enquanto 610 municípios elegeram pelo menos uma vereadora. Observa-se que 75% dos municípios possuem somente duas vereadoras, evidenciando a sub-representação feminina nos cargos legislativos mesmo em municípios com baixo desenvolvimento. Além disso, 18% dos municípios não apresentam vereadoras. Das nove cadeiras destinadas aos vereadores, apenas 48 dos 747 municípios apresentam mais mulheres que homens. Destacam-se os municípios de Sítio do Mato (BA), Primeira Cruz (MA) e Malhada dos Bois (SE), com seis mulheres compondo a câmara legislativa municipal.

Por fim, realizou-se a correlação de Spearman a fim de verificar a correspondência entre o número de vereadoras e o de prefeitas eleitas em 2020, e entre estes e a quantidade de associações formais vinculadas às mulheres (Tabela 1), nos municípios com IDHM inferior a 0,6 e população de até 15 mil habitantes.

A correlação fraca entre o número de prefeitas e vereadoras (rho de Spearman ≈ 0 e p-value > 0,05) corrobora a ausência do viés de gênero no efeito *coattail* entre candidatas aos cargos de prefeita e vereadoras, ou seja, indica que não houve correspondência entre o sucesso eleitoral de mulheres ao cargo executivo e maior sucesso de candidatas ao legislativo, e vice-versa.

Tabela 1. Correlação de *Spearman* entre o número de vereadoras e o de prefeitas eleitas em 2020 e a quantidade de associações vinculadas a mulheres

Dados Testadas	p-value de Shapiro-Wilk	Rho de Spearman	p-value de Spearman
Prefeitas vs Vereadoras	0.935	0,024	0,519
Associações vs Prefeitas	0.892	0,051	0,167
Associações vs Vereadoras	0.886	0,056	0,127

Os resultados obtidos demonstram não haver relação estatística significativa entre o número de associações formais femininas e os números de eleitas para o cargo de prefeita (rho de Spearman ≈ 0 e p-value > 0,05) e vereadora (rho de spearman ≈ 0 e p-value > 0,05). A fraca correlação verificada sugere que as variáveis analisadas não possuem correlação estatística significativa, isto é, a existência de organizações civis formais nos municípios da amostra não contribuiu significativamente na conversão do capital social das candidatas eleitas em capital político nas eleições municipais de 2020 aos cargos do legislativo e do executivo municipal.

Para evidenciar as discrepâncias, são comparados por meio da Tabela 2, os municípios que apresentaram maior número de associações e aqueles que não apresentaram associações femininas, e os respectivos números de eleitas.

Tabela 2: Comparação entre municípios com mais e sem associações femininas, número de eleitas e candidatos(as) por gênero

UF	Municípios	Associações Femininas	Vereadoras	Prefeitas	Candidatas		Candidatos	
					V	P	V	P
BA	Jitaúna	49	3	Não	15	1	15	1
BA	Itagi	46	4	Não	13	0	22	3
SE	Santa Luzia do Itanhy	45	0	Não	38	0	64	3
PI	Aroeiras do Itaim	0	1	Sim	5	1	9	1
PI	Pavussu	0	1	Não	8	1	13	1
PI	São Luis do Piauí	0	0	Sim	6	1	14	1
RN	Vila Flor	0	2	Não	11	2	25	2

Nota: V = Vereador(a); P = Prefeito(a).

Observa-se que há casos em que independentemente da quantidade de associações femininas, o número de eleitas para os cargos legislativo e executivo municipais mantém o padrão de poucas mulheres na política. Portanto, nestas ocorrências há uma dissociação entre a presença ou não de associações femininas, e o sucesso ou fracasso eleitoral de mulheres.

Na mesma linha, de acordo com Warren (2001), as associações não abarcam todos os efeitos democráticos possíveis. Conforme evidenciado, as associações femininas não desempenharam papel significativo como recurso de mobilização eleitoral feminina das candidatas eleitas. Ademais, vale pontuar que a natureza do vínculo associativo adotado por um candidato pode impactar significativamente seu sucesso político.

A função democrática das associações locais femininas, vinculadas à defesa de direitos (escolares, religiosos, à saúde), à assistência social e às organizações civis que atuam na prestação de serviços voluntários, se relaciona, sobretudo, com a tentativa de mitigação da desigualdade e do desenvolvimento de lideranças locais, podendo influenciar na percepção governamental sobre as problemáticas da comunidade (CAIAZZA E PUTNAM, 2002; SACCHET, 2009; ALMEIDA *et al.*, 2012).

Os resultados indicam que a relação associativismo e democracia torna-se mais complexa ao considerar as variáveis de gênero, tamanho populacional e IDHM. Nesse recorte, embora as mulheres possuam fortes vínculos associativos locais, em virtude da proximidade com as problemáticas de suas comunidades, e conheçam melhor seus vizinhos, constatou-se que os impactos associativos à nível individual não se traduziram em capital político efetivo para o gênero feminino nas eleições municipais de 2020, negando a hipótese inicial. Isso sugere que o engajamento associativo local não contempla de forma generalizada a função democrática de alavancar a representatividade política feminina em contextos municipais.

A análise comparativa entre candidatas e candidatos em municípios com diferentes níveis de associativismo revela uma constante sub-representação feminina, independentemente da presença de associações. Em locais com maior número de associações, esperava-se que o ambiente associativo favorecesse a participação política das mulheres, mas observa-se que, mesmo nessas condições, as candidaturas femininas são inferiores em número e em sucesso eleitoral em comparação aos homens, com exceção do município de Jitaúna (BA). Esse cenário

se repete em municípios com menos associações, onde a proporção de candidatas é igualmente baixa, reforçando a ideia de que a estrutura social e cultural desses municípios ainda privilegia a participação masculina na política.

Assim, apesar da mulher, teoricamente, ser uma figura conhecida, em virtude do localismo presente em municípios menores, a estrutura política tradicional ainda parece resistir à inclusão feminina em cargos eletivos. A realidade observada pode ser interpretada por meio de hipóteses que destacam as barreiras estruturais que as mulheres enfrentam na política tradicional, mesmo quando são ativas e reconhecidas em papeis associativos. Uma dessas hipóteses sugere que as relações estruturais de machismo desempenham um papel mais determinante na política do que o envolvimento em associações, ou seja, enquanto a participação das mulheres em associações é mais aceita, essa aceitação não se estende ao campo político, onde encontram resistência significativa ao se candidatarem e serem eleitas. Essa dinâmica indica que, embora as mulheres demonstrem interesse e se candidatem a cargos políticos, enfrentam uma barreira adicional: a dificuldade de conquistar votos suficientes para serem eleitas, o que evidencia uma exclusão persistente na prática eleitoral.

As teorias eleitorais da geografia, como as propostas por Cox e Key, concentram-se em conceitos de localismo e na dinâmica política em contextos específicos. Entretanto, sua formulação não considera problemas estruturais que influenciam na dinâmica política, como a questão de gênero. É fundamental que futuras pesquisas investiguem essas barreiras e explorem como as teorias geográficas podem ser revisadas para incorporar essas realidades.

5. CONCLUSÃO

No presente artigo, buscou-se compreender se o associativismo local, com maior protagonismo feminino (vinculado à assistência social, religião, educação e saúde), influenciou no sucesso eleitoral de candidatas aos cargos de vereadora e prefeita nas eleições municipais de 2020, em municípios com baixo IDHM e população inferior a 15 mil habitantes.

A espacialização dos dados de prefeitas e vereadoras eleitas, bem como a fraca correlação de Spearman (rho de Spearman ≈ 0 e p-value > 0,05) indicam que o efeito coattail, ou arrasto de votos, não apresentou viés de gênero, ou seja, não houve correspondência entre o sucesso eleitoral de mulheres ao cargo executivo e maior sucesso de candidatas ao legislativo, e vice-versa.

Os resultados do teste de Spearman demonstram, ainda, que não há correlação estatística significativa entre o número de associações formais femininas e os números de eleitas para o cargo de prefeita (rho de Spearman ≈ 0 e p-value > 0,05) e vereadora (rho de Spearman ≈ 0 e p-value > 0,05), contrariando a hipótese inicial, que sugeria um reflexo político-eleitoral evidente em municípios menos desenvolvidos devido ao maior envolvimento associativo feminino em associações locais. Dessa forma, compreende-se que estas organizações civis não apresentaram influência significativa e generalizada na conversão de capital social em capital político para os cargos do legislativo e do executivo nos municípios selecionados.

Com efeito, no presente estudo, verificou-se que a função democrática de mobilização eleitoral de candidatas femininas não foi preponderante. É necessário reconhecer a complexidade do desenvolvimento político-eleitoral desses municípios, sua cultura política e o atravessamento das questões de gênero, frequentemente mais acentuadas em determinados contextos. A invisibilização do trabalho do cuidado, muitas vezes desempenhado por mulheres, pode interferir no alcance político das lideranças advindas de associações que correspondem a essa atividade.

Além disso, destaca-se que, há uma diferença temporal significativa em relação ao dado de IDHM mais recente e os dados de associação, população e eleitos. Dessa forma, é razoável que a quantidade de municípios que atendem aos parâmetros dessa pesquisa tenha se alterado. Entretanto, reforça-se que um p-value

de Spearman superior a 0,05, indica que, em cenários semelhantes aos parâmetros apresentados, os resultados se mantêm consistentes.

Ademais, o associativismo local é permeado pela informalidade, limitando a capacidade das associações formais em capitalizar as candidatas politicamente. Portanto, a ausência de registro sobre vínculos informais locais dificulta a mensuração deste efeito. Para pesquisas futuras, sugere-se a investigação qualitativa dessas organizações, formais e informais, de modo a compreender seu impacto na política local. Do mesmo modo, analisar o efeito do associativismo no desenvolvimento local, verificando em que medida o papel feminino em organizações civis produz melhores condições de vida nos municípios. Outro importante caminho é estudar possíveis barreiras para entrada de mulheres em associações sindicais e patronais, as quais se consolidam como alicerce para adentrar a carreira política.

Ressalta-se o potencial papel democrático das associações locais na capacitação e transformação de indivíduos em agentes de mudanças dentro de suas comunidades, possibilitando a representação eficaz dos interesses locais em esferas mais amplas de tomada de decisão. Esse processo influencia na compreensão das problemáticas locais, fomentando a formulação de políticas públicas eficientes e alinhadas aos desafios de desenvolvimento das localidades.

REFERÊNCIAS

ALCORTA, L.; SMITS, J.; SWEDLUND, H. J.; JONG, E. The 'dark side' of social capital: a cross-national examination of the relationship between social capital and violence in Africa. **Social Indicators Research**, v. 149, p. 445-465, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s11205-019-02264-z.

ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L.; RIBEIRO, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 8, p. 237-263, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200009

ALMEIDA, D. C. R. de. Candidaturas Coletivas: Uma Nova Forma de Interação entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.2.320

ARNAUD, R. R.; MARQUES, J. F. S. Clientelismo nas relações políticas municipais e a efetivação dos direitos humanos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 36495-36508, 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-281

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 149-174, 1997. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000100009

AYRES, C. S.; ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H. Trajetórias, capital político e gênero nos legislativos municipais. In: GIMENES, É. R.; BORBA, J. (org.). **Poder Legislativo e Cultura Política:** Valores, Atitudes, Trajetória e Comportamento Político dos Vereadores e Vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba, 2018.

AZEVEDO, D. A. **A democracia participativa como sofisma: uma interpretação geográfica da democracia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AZEVEDO, D. A. A espacialidade da democracia: entre espaços políticos e a geografia eleitoral. In: AZEVEDO, D. A.; NOGUEIRA, R. **Geografia Política**: base conceitual e diversidade temática. Brasília, Selo Caliandra UnB, p.191-226, 2023.

AZEVEDO, D. A.; MEIRELES, B. L. Territorial and Electorate Size Influence: Participation/Competitiveness in Costa Rica's 2016 Local Scale Elections. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografia**, Bogotá, v. 30 n. 1, 25-44, 2021. DOI: https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.79637

BOSCHI, R. R. **Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador.** Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999. DOI: https://doi.org/10.1590/S0011-52581999000400002

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**, p.165-207, 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 de abr. de 2024.

CAIAZZA, A.; PUTNAM, R. D. Women's Status and Social Capital Across the States. **Institute For Women's Policy Research**, 2002.

CASTRO, I. Espaço Político. **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 20, n. 42, jan./abr. 2018.

COELHO, L. M.; BAPTISTA, M. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. **Psicologia Política**, v. 9 nº 19, p. 85-99, 2009.

COELHO, S. L. Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. **Porto: Universidade do Porto**. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia, 2008.

CORDOVA, D. F; JUNCKES, I. J.; JOUCOSKI, E.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Democracia e Representação Política de Mulheres em Municípios de Médio e Pequeno porte no Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.** Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 56-76, 2023. DOI: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.14.i1.0004

COX, K. **The voting decision in a spatial context.** Progress in Geography**,** v.1, p. 83-117, 1969.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FRANCO, A. **Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Millennium, 2001.

FUKUYAMA, F. **O Capital Social.** Traduzido por Alejandro Silva. Harvard University. John F. Kennedy School of Government, 2004.

FUKUYAMA, F. **Social capital and civil society**. IMF Working Paper, 2000.

GONÇAZE, J. F. G. S.; OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, A. E. P.; RODRIGUES, M. de S. Capital social e associativismo: Percepções de beneficiárias que participam de projetos de geração de renda no município de Buriticupu, MA. **Acta Geográfica**, São Paulo, v. 14, n. 35, p. 89-116, 2020. DOI: https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v14i35.6346

GUSSO, R. J. O que é associativismo? In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). **Conceitos e Categorias Fundamentais do Ensino de Ciência Política**. Maceió: Ed. Café com Sociologia. Capítulo 01, p. 19-24, 2021.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado: Comparando Brasil, França e Japão. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos.** v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016.

IPEA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/indicadores>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.

KEY, V. **Southern politics in state and nation.** New York: Alfred A. Knopf, 1949

KWON, H. K. Associations, civic norms, and democracy: Revisiting the Italian case. **Theory and Society**, v. 33, p. 135-166, 2004. DOI: 10.1023/B:RYSO.0000023423.34384.88

LAVALLE, A.; BARONE, L. Conselhos, associações e desigualdade. In: ARRETCHE, Marta (org). **Trajetórias das desigualdades:** Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, p. 51-78, 2015.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: **O município e o regime representativo no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2012.

LIMA, F.; RUSSO, G. A. Popularidade e indicação: condicionantes do efeito de coattail reverso. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-98732230e001

LÜCHMANN, L. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, n° 85, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200011

LÜCHMANN, L. Associativismo e Democracia no Brasil Contemporâneo. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.3, n.4, p.44-51, dez. 2011-b.

LÜCHMANN L. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 84, 141-174, 2011-a. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300006

MACHADO FILHO, G. F. **Os vínculos políticos da militância na composição do parlamento: uma abordagem geográfica da representação política dos deputados federais da 54ª legislatura (2011-2015)**. Monografia (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MIQUEL, L. F.; QUEIROZ, C. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200003

MUFF, S. et al. Rewriting results sections in the language of evidence. **Trends in Ecology & Evolution**, Amsterdam, v. 37, n. 3, mar. 2021.

NUNES, A. V.; BARROS M. S. R.; NETA A. A. L. Associativismo, reconhecimento e acesso às políticas públicas: o papel pedagógico da participação dos usuários. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Macapá, v. 13, n. 3, p. 15-33, 2020.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence: Interests, Identities, and Representation.** Oxford University Press, 1995.

PRATAS, S. **Associações, Democracia e Utopias Reais: o Caso das Associações de Cultura, Recreio e Desporto**. 1. ed. Junho, 2022.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, J. N.; MACHADO F. G. F. Políticas públicas e geografia: dos modelos político-institucionais para o problema da interação sociedade-estado-espaço. In: AZEVEDO, D. A.; NOGUEIRA, R. **Geografia política**: base conceitual e diversidade temática. Brasília: Selo Caliandra UnB, p. 255-280, 2023.

SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº 2, p. 306-332, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002

SOUZA, Áurea. Coeficiente de Correlação de Pearson e Coeficiente de correlação de Spearman: O que medem e em que situações devem ser utilizados? Portugal: **Correio dos Açores**, 2019.

TARROW, S. **Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América. Livro II, sentimentos e opiniões**. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2004 [1840].

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América: Leis e Costumes**. 2. ed. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2005 [1835].

TSE MULHERES. **Estatísticas.** Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>. Acesso em: 10 de jul. de 2023.

VIEGAS, J. M. L. Associativismo, Sociedade Civil e Democracia. In: PRATAS S. **Análise associativa**: Democracia e Associativismo, 2014.

WARREN, M. **Democracy and Association**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.